

MEMÓRIA

Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964)

Dimas Brasileiro¹
Djanyse Mendonça²

11

Estudos Universitários

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Paulo Freire.

Revisitar a origem da Extensão na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE trouxe à tona as principais tensões e contradições do quadro político-cultural que a determinou; atualizou o ambiente de “batalha das idéias”³ no qual se inseria a universidade (ainda Universidade do Recife) e no qual surgiu a Revista Estudos Universitários, importante iniciativa do professor Paulo Freire e equipe

quando de sua passagem pelo nascente Serviço de Extensão Cultural/SEC.

De imediato, o esforço de tratar do passado no presente remeteu à reflexão sobre tempo e história. Santo Agostinho e o seu *Confissões* vieram à mente: “O presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras”⁴. Nessa direção, duas importantes categorias analíticas

¹ Historiador e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Endereço eletrônico: dimasveras@hotmail.com

² Assistente Social da UFPE e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma universidade. Endereço eletrônico: dbmendonca@uol.com.br

³ Expressão italiana utilizada por Leandro Konder em seu livro *O Marxismo Na Batalha Das Idéias*. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁴ Agostinho, S. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

se fizeram indispensáveis: historicidade e totalidade social, frente à preocupação em considerar o movimento das determinações e mediações na conjuntura ideopolítica de então.

As informações que seguem conferem materialidade a esse esforço. Recuperam o empenho do movimento estudantil (há mais de meio século) na luta por transformações histórico-societárias de larga envergadura, sobretudo por uma universidade mais democrática e comprometida socialmente. Atualiza o ‘espírito’ movente da primeira geração do SEC cujas ações exalavam esperança nas coisas futuras. Certamente, uma concepção positivista poderia concluir que tal ‘espírito’ pertenceu a um determinado tempo histórico, como se o tempo pudesse apenas ser definido pelo que foi e a história ser entendida como sucessão linear de fatos. Tenderia, também, a afirmar que a política não está associada à história, posto que a história não seja movimento, mudança, instabilidade, contingência. Mas esta não é a linha teórico-metodológica que costura os elementos sócio-históricos pesquisados. Vamos a eles.

A luta pela reforma universitária na América Latina teve suas primeiras manifestações no início do século XX. Inicialmente pautada na insatisfação estudantil quanto aos instrumentos e métodos defasados do ensino supe-

rior, bem como no seu aspecto social restrito e aristocrático, as reivindicações ganharam gradativo apoio dos professores mais preocupados com a construção e desenvolvimento de espaços especializados de pesquisa nas unidades de ensino. No Brasil, a criação da Universidade de São Paulo, da União Nacional dos Estudantes e do Estatuto das Universidades Brasileiras, nos anos 1930, contribuiu para consolidação do debate da reforma universitária. Os ares de mudança ganharam impulso com a queda do Estado Novo e se mantiveram em circulação até o advento do Regime Militar de 1964. A partir daí os militares passariam a conduzir em molde autoritário aspectos da reforma do ensino superior exigida pela sociedade civil em anos anteriores. Como bem afirma e analisa Paulo Rosas, as mudanças propostas pelos militares estavam alicerçadas em medidas que visavam garantir a manutenção do Estado ditatorial:

“Proteção e fortalecimento do golpe; formação de um quadro de profissionais competentes e aliados ou ‘neutros’; desarticulação e criação de obstáculos à rearticulação ou renovação do antigo quadro de profissionais competentes, mas que se opunha às práticas discricionárias da ditadura;” (1992: 61)

Apesar das reivindicações por reformas da tradicional Escola de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda-Recife (atual Faculdade de Direito do Recife) serem ain-

da do século XIX, estas se perpetuaram por toda primeira metade do século XX, alcançando uma maior expressão política e social na cidade nos anos 1950. Não seria nenhum exagero afirmar que durante muito tempo a Faculdade de Direito do Recife (FDR) funcionou como a Universidade do Norte agrário do país, onde, segundo as palavras de um distinto sociólogo brasileiro, “cursava a FDR estudantes de todas as áreas: Literatura, Filosofia, Ciências Sociais e Belas Artes. Havia até alguns que faziam Direito”⁵. Isto dava uma particular efervescência ao Recife, um jovial burburinho dos estudantes que para a cidade rumavam sedentos de vida e dos emblemas de distinção das escolas superiores. Foi na FDR (na época já integrada à Universidade do Recife) e na nascente Universidade Rural de Pernambuco que em maio de 1961 estourou uma greve estudantil com repercussões nunca antes vistas no Brasil. Os estudantes insa-

tisfeitos com a precariedade das Instituições de Ensino Superior (IES) já haviam ensaiado várias sedições estudantis na Escola de Engenharia de Pernambuco,

⁵ Trecho de uma conversa sobre a Faculdade de Direito do Recife com Heraldo Souto Maior, professor e pesquisador da UFPE e ex-aluno da FDR.

com destaque para a greve de 1958, revolta que foi habilmente contornada pela intervenção do presidente Juscelino Kubitschek (RAMALHO, 1994). Embora o movimento de 1961 tenha se iniciado por desavenças dos estudantes com seus respectivos diretores⁶, ao ganhar adesão das demais escolas e faculdades do país, a greve passou a representar uma série de questões e reivindicações nacionais por reformas das estruturas basilares do Estado brasileiro. Sendo importante ressaltar que a despeito do movimento estudantil estar envolvido no debate maior das reformas de base, sua atuação específica como categoria política se voltava, sobretudo, para a reforma universitária, a qual previa o fim do regime de cátedra e da *magistral persona* do professor catedrático; a dedicação integral dos professores e técnicos da universidade; a participação dos estudantes na gestão universitária; e, principalmente, a defesa da educação pública e ampliação dos recursos destinados a mesma.

As reformas de base representavam o piso comum, não de todo coeso, de reivindicações dos setores progressistas nacionais. O viés reformista era tido como o caminho para a *pré-revolução brasileira*⁷ e desdobrava nas seguintes questões: a *reforma eleitoral*, estendendo os direi-

tos de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente; a *reforma tributária*, tornando a cobrança de impostos proporcional à renda e bens do contribuinte; a *reforma agrária*, democratizando a terra e seu uso, mas também combatendo a improdutividade e o latifúndio; a *reforma bancária*, subordinando os bancos privados ao Banco do Brasil e nacionalizando-os quando possível; e, finalmente, a já citada *reforma universitária*, modernizando o ensino, democratizando sua frequência e investindo a educação superior de uma orientação pedagógica popular. O conteúdo programático das reformas de base estava embebido na ideologia nacional-desenvolvimentista daqueles anos, programa político este, que foi institucionalizado com a criação em 1955 do Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o Iseb. A Escola Superior de Guerra (ESG) – a Sorbonne brasileira, tal como era conhecida – representava o viés mais conservador e autoritário da ideologia nacional desenvolvimentista. Foi na ESG que foi traçado o arcabouço da Doutrina de Segurança Nacional, projeto político totalitarista que traçou as diretrizes do golpe de 1964⁸. Construídas a partir de debates, conferências e reuniões acadêmicas, as pesquisas realizadas pelo Iseb se voltavam prioritariamente para análise

política e social da realidade brasileira, seguindo uma linha macroanalítica e globalizante de interpretação. Seus intelectuais acreditavam estar redescobrendo a realidade brasileira, cuja problematização permitiria extrair as metas para o desenvolvimento nacional. Num ensaio publicado na “sinistra passagem de março ao 1º de abril” de 1964, Jomard Muniz de Brito, professor da UR que acompanhou Paulo Freire em Brasília no Plano Nacional de Alfabetização, analisa as contribuições do Iseb aos movimentos sociais dos anos 60:

“O que era ‘projetado’ pelos intelectuais do ISEB adquiria caráter pragmático e cunho de aplicabilidade através dos ‘movimentos de cultura popular’. (...) Enquanto o ISEB lançava o problema da alienação cultural e projetava uma ‘ideologia para o desenvolvimento nacional, os MCPs introduziam, de modo concreto, o problema da democratização da cultura. Diálogo entre a cultura dos intelec-

⁶ No caso da FDR, a palestra com Célia Guevara (mãe de Che Guevara) terminou acentuando a tensão.

⁷ Tal como Celso Furtado esboçara, em 1962 num artigo com este mesmo nome no primeiro número da revista produzida pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife: a *Estudos Universitários*. Vamireh Chacon escreveria neste mesmo periódico um artigo com o mesmo tema (*Rumos da Renovação Brasileiro*), tema este que se faria sempre presente nos números subsequentes da *Estudos Universitários* em artigos e estudos de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Pierre Fuerter, Paulo Freire, Gadiel Perruci, Nelson Nogueira Saldanha, Jarbas Maciel, Jomard Muniz, Aurenice Cardoso, Paulo Gaspar e Leandro Konder.

⁸ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional consultar Diogo Cunha. *Estado de Exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: autor e Ed. Universitária da UFPE, 2008.

tuais e as atividades e as realizações do povo. Diálogo e comunicação verdadeiros: não uma atitude paternalista ou assistencialista, simplesmente 'doadora' de algo, conforme o Prof. Paulo Freire, em artigo para 'Estudos Universitários', nº 4." (BRITTO, 1964: 102-103)

Em ensaio mais recente sobre a educação superior no Brasil Luiz Antônio Cunha analisa a trajetória da universidade brasileira, mostrando as contradições que envolviam o seu desenvolvimento nos anos da república populista (CUNHA, 2007). Pressionadas pelos embates do nacional-desenvolvimentismo, as escolas superiores se viram tragadas pelos embates políticos sociais de sua época. As reivindicações estudantis no Recife ganharam uma recente leitura de Ana Maria César (ainda que demasiadamente saudosa e mitológica), que se debruçando no caso da já citada greve de maio de 1961 fornece importantes pistas para uma história de nossa universidade e de seus agentes: visitantes, estudantes, professores e técnicos (CÉSAR, 2009). Ambos os autores permitem constatar que, diretamente ou não, a pauta da reforma universitária foi a prin-

cipal contribuição do movimento do alunado às lutas sociais pelo desenvolvimento nacional. Atualizar a universidade com a realidade brasileira se inseria num quadro maior de luta política justamente porque as reformas não passavam apenas pela modernização das escolas e currículos. Nem mesmo se restringia à ampliação da atividade científica através da pesquisa, como faziam os militares. O cerne das reivindicações estava no papel social da universidade e de sua possível democratização. Na Universidade do Recife, as pesquisas orientadas por Paulo Freire sintetizaram no campo da práxis os apelos para necessidade de se repensar o sistema educacional brasileiro. O fim da greve de maio de 1961

Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas. Necessitávamos de uma educação para decisão, para a responsabilidade social e política. (FREIRE:2007, 96).

assistiu à vinda dos inspetores do Conselho Federal de Educação (CFE) e ao posterior afastamento dos diretores das duas escolas onde havia começado o conflito. O relatório final da comissão, composta por inspetores e professores da casa, concluiu ser urgente a modernização (nestes anos se falava muito em moralização) das escolas aglutinadas sobre o emblema da Universidade do Recife e da Universidade Rural. Os respectivos reitores

se dispuseram a levar em consideração as recomendações do CFE.

Desde que Paulo Freire disputara e perdera a Cátedra de Filosofia e História da Educação, na Escola de Belas Artes, para Maria do Carmo Tavares de Miranda, o reitor João Alfredo da UR já vinha planejando uma alocação que garantisse autonomia às pesquisas que aquele vinha desenvolvendo no âmbito da Educação Popular. O reitor chegou a propor que a Cátedra fosse dividida em Filosofia da Educação e História Educação, proposta que Freire recusou imediatamente, demonstrado sua postura ética sempre ressaltada pelos amigos mais íntimos. Ao que parece, as reivindicações

estudantis e os imperativos do CFE contribuíram com a nova alocação de Freire. Ainda no ano de 1961, o reitor, juntamente a Paulo Freire e a alguns intelectuais progressistas da cidade, redigiu um esboço do que viria a ser o projeto do *Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife* (SEC/UR), protoforma do que vem a ser hoje a Pró-Reitoria de Extensão. Assim começava a se consolidar a primeira experiência de ex-

tensão universitária no Brasil⁹. Anos mais tarde, comentando o episódio da perda da cátedra com Paulo Rosas, Freire avaliaria a experiência com a afirmativa: “Perdi a Cátedra e ganhei a vida” (ROSAS, 2003: 63).

O SEC foi institucionalmente criado via portaria nº 2, no dia 8 de fevereiro de 1962. A extensão cultural emergia alicerçada no projeto de modernização da universidade. O planejamento para o desenvolvimento fazia parte desta inserção intelectual na cultura política da época e foi neste clima que foi criada alguns anos antes a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste: a Sudene. O Recife contou com a fortuna de abrigar sua sede e seu ilustre diretor: Celso Furtado. Francisco de Oliveira que foi seu assessor direto rememora a presença do ilustre economista na cidade:

“Havia sido estudante no Recife vindo da Paraíba, e do Recife se foi para frequentar a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Seguiu os conselhos do pai de que no Recife nada de importante voltaria a acontecer. Celso desmentiu essas previsões, pois o Recife da Sudene foi provavelmente o lugar central do conflito de classes no Brasil do final dos 1950 e toda década de 1960;” (2008: 65)

A presença da Sudene acentuou de certa forma esta efervescên-

cia sócio-cultural regional intensificando sua transformação e articulação dos movimentos sociais. Da Sudene se beneficiou o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), as Ligas Camponesas, o Instituto Joaquim Nabuco e a Universidade do Recife. A instituição chegou a reunir nos anos que antecederam à ditadura um corpo técnico de mais de 3.000 funcionários, que foram escolhidos através de cursos de formação e concursos públicos. Os adeptos das práticas clientelísticas viram seus pajens impulsionados pela primeira vez a enfrentar uma seleção pública *antipatriomonalista, antipatriarcalista e anticordial* (idem: 66). A crescente demanda científica impulsionou a pesquisa social no Estado, dinamizando as instituições voltadas para essas finalidades específicas e ampliando

as oportunidades para técnicos e pesquisadores das ciências

humanas e da terra. Seguindo este ritmo, os que faziam os setores de luta da Universidade do Recife fortaleceram a convicção de que tornar o ensino superior sofisticado e adequado às expectativas sociais da época demandava uma ampla reforma do corpo físico e do quadro profissional das escolas que compunham a universidade, direcionando-as para os problemas nacionais via o desenvolvimento regional. Neste sentido, o SEC nasce sob o signo dos seguintes objetivos¹⁰:

- a) Promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao povo, através dos meios de divulgação a seu alcance;
- b) Contribuir, por meio de publicações, cursos, palestras, informes de interesse científicos e outras realizações culturais para o desenvolvimento da cultura e das mentalidades regionais;
- c) Realizar, na Universidade e fora dela, cursos de extensão e seminários visando, sobretudo, ao estudo da realidade e cultura brasileira e dos problemas da região;
- d) Procurar divulgar amplamente os trabalhos e as realizações da Universidade do Recife, proporcionando um maior conhecimento de sua natureza e de seus objetivos

⁹ A extensão universitária começou a ser experimentada na América Latina em 1918 na Argentina, Universidade de Córdoba, pautada na consolidação e integração da cultura universitária com os problemas maiores do país e seus cidadãos. Apesar de nos anos 1930 o Estatuto da Universidade Brasileira fazer referência a extensão, esta, sobretudo normativa e doutrinadora, apenas nos anos 1960 se teria um primeiro movimento tentando consolidar as atividades propriamente extensivas. Este primeiro e curto ensaio foi fruto do amplo debate proposto pelos movimentos sociais em torno da educação popular e da educação de adultos, habilmente incorporado a universidade pelo hoje tão esquecido reitor João Alfredo e posto sob a liderança de Paulo Freire e sua equipe.

¹⁰ Conferir no *Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife*, nº 1. Recife, mar/abr de 1962

Por estar diretamente subordinado à Reitoria, o SEC gozava de uma autonomia de produção e expressão semelhante às Escolas, às Faculdades, aos Institutos e às Cátedras universitárias, despertado ciúmes e queixas que se alastraram da comunidade acadêmica aos defensores de uma cultura brasileira mais conservadora. Sem dúvidas, a alteração ganha uma maior intensidade quando Gilberto Freyre passa a publicar nos jornais da cidade críticas severas ao reitor João Alfredo e aos jovens professores integrados no SEC. Para o distinto sociólogo, o reitor havia permitido que “comunistas” ou “para-comunistas” tomassem a Rádio Universidade, os projetos de alfabetização de jovens e adultos e o periódico de cultura da UR, a Estudos Universitários. Foi amalgamando extensão e comunismo sob o mesmo signo que os militares e seus cúmplices tentaram despir a universidade de seu papel político e social.

A criação da Revista Estudos Universitários e da Rádio Universidade foram iniciativas de Paulo Freire quando estava à frente do SEC. Com caráter marcadamente interdisciplinar, a revista surgiu como instrumento de comunicação e extensão que se prestava a publicizar um entendimento contra-hegemônico, isto é, um ponto de vista não idealista, cômodo e conformista da cultura brasileira. Conforme

afirma o Prof. Luiz Costa Lima (secretário executivo da revista), nos termos da apresentação da primeira edição (julho a setembro de 1962)¹¹

“Os que orientarão Estudos Universitários pensam diferente. Para eles, a cultura implica previamente em um ato de coragem, em uma busca de aproximação com a realidade, sendo, em suma, a resultante da aceitação pelo homem dos desafios que lhe endereça a existência carregada dos problemas próprios à área particular, em que lhe dado viver (...).

A uma concepção idealista, cômoda e conformista de cultura propõem uma concepção realista: a cultura como aventura de risco e não expressão de isolamento, como a anti-fuga, como nomeação de uma vida em que se está inserto. Isto os leva a saber que uma busca cultural só alcança êxito ao haver conseguido potenciar a visualização do homem. Daí então defenderem, praticamente, que só através de uma preocupação ativa com a atualidade brasileira teremos condições de formular um pensamento adequadamente brasileiro: pensamento de quem passando a saber visualizar sua circunstância passe a saber transpô-la criadoramente.”¹²

A Rádio Universidade era dirigida por José Laurenio, antigo membro do coletivo de artes gráficas da cidade, conhecido como o *Gráfico Amador* (TEIXEIRA, 2007). Tendo trabalhado em anos anteriores na BBC de Londres, Laurenio dedicou sua juventude a inovação cultural

da cidade participando do Teatro de Estudantes de Pernambuco e do *Gráfico Amador*. Não há registro público de seu envolvimento com o Partido Comunis-

ta. A irritação profunda do criador de “Casa Grande & Senzala” se deu em parte devido à abertura dada para que o Movimento de Cultura Popular colocasse no ar um programa radiofônico de Cultura Popular e alfabetização. Sobre esse canal de diálogo entre o SEC e o MCP escreveria

¹¹ Fragmentos da apresentação escrita pelo Prof. Luiz Costa Lima, na primeira edição da Estudos Universitários. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Julho-Setembro 1962. Páginas 5 e 6, respectivamente.

¹² Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Volume 1., Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, jul-set. 1962: 5-6.

um professore visitante, Pierre Furter, que integrava o SEC: “No nível de educação de base, o SEC sustenta, com o auxílio de uma rádio emissora, o movimento de cultura popular que procura penetrar na – terra de ninguém – dos subúrbios do Recife” (Pierre Furter - Jornal do Comércio, 18 de novembro de 1962, 2º Caderno, capa).

Numa roda de diálogo, organizada pelo Prof. Paulo Rosas sobre o tema da passagem dos anos 50 para os 60 (principalmente sobre os anos que antecederam ao golpe de Estado de 1964), da qual participaram alguns membros da primeira geração do SEC¹³, Almeri Bezerra¹⁴ relata

“Paulo (Freire) não era de briga, mas, em quantas brigas se viu empurrado. Quando se engajou no Movimento de Cultura Popular e depois assumiu a Secretaria Executiva do Serviço de Extensão Universitária (SEC) que ele mesmo criou, as ocasiões não faltaram porque foi aí que começou a se esboçar o que seria logo mais a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (...).

Como a experiência só tinha sucesso porque partia da tomada de consciência que os alfabetizados faziam da sua situação de oprimidos, em uma sociedade onde eles eram excluídos até do direito de votar, as classes dominantes logo perceberam o risco (...) com milhões de recém-alfabetizados, munidos de um título de eleitor, e virando legalmente a mesa, ou seja, votando à esquerda! Pode?

Não pode! foi o que me disse, afável e cortês, o Coronel Governador do Ceará, a quem fui candidamente explicar o que estava tentando fazer em Fortaleza: explicar “o método Paulo Freire” a um grupo de universitários que queriam iniciar uma campanha de alfabetização de adultos. “Não pode!” me disse o Governador. E me explicou: “aqui no Ceará

nós tivemos muito trabalho para estabelecer um equilíbrio de forças que eu não permitiria ver posto em risco por quem quer que seja” (...).

“Foi preciso o golpe militar para que a classe dominante tirasse de cena os que ameaçavam as “regras preestabelecidas” e organizasse ela mesma as condições em que a inclusão dos analfabetos pudesse ser feita não apenas sem risco, mas, sobretudo com vantagens. A manipulação das massas analfabetas não precisava mais do insuportável e oneroso cabresto. O controle dos meios de comunicação de massa - rádio e televisão - em vertiginosa expansão, garantiria a inclusão dos analfabetos com direito a voto, dentro da ordem estabelecida”.

¹³ O registro desse diálogo pode ser acessado na página do Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas. Seção Abrindo os Arquivos.

¹⁴ Almeri Bezerra foi professor contemporâneo de Paulo Freire quando lecionava na Escola de Serviço Social de Pernambuco e, posteriormente, no Serviço de Extensão Cultural/Universidade do Recife.

Os projetos de educação popular representavam a principal preocupação de Freire enquanto dirigia o SEC. Por educação popular se entendia a construção coletiva de um exercício educacional conscientizador que possibilitasse ao educando se deslocar da *consciência intransitiva* para a *transitiva ingênua*, que, trabalhada em novas etapas do sistema educativo, poderia se tornar *consciência crítica*, revolucionária e transformadora do educando e de sua realidade (FREIRE, 2007)¹⁵. Os professores e técnicos engajados na formação dos alfabetizadores no sistema Paulo Freire de Educação eram, em sua maioria, jovens professores e militantes da Ação Católica (sobretudo da Juventude Universitária Católica), braço progressista da igreja que disputava democraticamente com o Partido Comunista as bases políticas estudantis e populares¹⁶. A forte oposição de Gilberto Freyre ao Reitor João Alfredo e ao serviço de extensão mostraram que este cometera mais do que um ledor engano quanto às filiações políticas de seus adversários quando os denunciou aos militares. Freyre escolhera os seus meios para manutenção de sua posição despótica no *campo intelectual e político* da cidade. O caso da *revista de cultura da UR* nos explica melhor esta sen-

tença. Desde o ano 1962 que a atuação de Luiz Costa Lima, secretário da revista, vinha incomodando alguns defensores da *pernambucanidade* e dos *nordestinados*. O Diário de Pernambuco da época traz alguns destes embates entre Costa Lima e os defensores da região e de sua estética¹⁷. O diálogo com os concretistas paulistas e de outros intelectuais de outras regiões do país despertou a fúria dos regionalistas, principalmente quando foi publicado na *Estudos Universitários* artigos de Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos. Nossos beletrados acreditavam que a *Estudos Universitários* deveria ser veículo de publicação exclusiva da cidade, sobretudo, da Universidade do Recife e do Instituto Joaquim Nabuco. O jovem professor de Literatura Brasileira não se acanhou diante das críticas feitas à linha editorial que vinha imprimindo, respondendo com exaltação às queixas públicas¹⁸. Artigos em defesa ou contra a *Estudos Universitários* foram publicados ao longo de todo final do ano de 1963¹⁹. Estava aberto o que popularmente começou a se chamar “a crise da revista da universidade”²⁰. Há de se lembrar que se tratava de um embate de duas concepções de cultura-política antagônicas disputando a legitimidade de

produção, no entanto o bairrismo não era nenhuma novidade na província. O próprio Celso Furtado havia sido vítima algumas vezes das hostilidade dos intelectuais regionais como narra Francisco de Oliveira:

Certa elite do Recife que gravitava em torno do mestre de Apipucos, os literatos e subs que abundavam na província que tinha fama de produzir grandes nomes da literatura brasileira (...) tentou desmoralizar Celso Furtado no terreno intelectual sem sucesso. Uma vez, convidaram-no para uma das tertúlias em que esbanjavam cultura literária. Esperavam apenas um economista, que se mostraria em oposição desconfortável naquele ambiente. Ficaram de queixo caído quando Celso recitou de cor clássicos da literatura portuguesa e espanhola. Creio que, depois,

¹⁵ Os integrantes do SEC estavam preocupados em construir e sistematizar um segunda etapa do Sistema Paulo Freire, preocupação esta que aparece sintetizada nos artigos de Paulo Gaspar *Uma sugestão para a segunda etapa do Sistema Paulo Freire* e de Jarbas Maciel *A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire* ambos publicados na revista *Estudos Universitários* nº 5 e 4 respectivamente.

¹⁶ A partir de 1961 a JUC passaria a ter posição majoritária na União Nacional dos Estudantes, quebrando com a predominância nos anos 1950 de militantes do Partido Comunista e da União Democrática Nacional (UDN). Pouco antes do golpe militar alguns membros da JUC aliados com outros grupos de esquerda da época fundaram uma nova frente de atuação política chamada Ação Popular. Assim angariavam definitivamente sua autonomia de produção e ação nesta dinâmica de laicização do grupo político e seus significados.

¹⁷ Conferir a coluna Diário literário do Diário de Pernambuco entre julho e agosto de 1962.

¹⁸ Conferir no *Jornal do Comércio/JC* de 27 de outubro de 1963, p. 02; *JC* de 1 de novembro de 1963, p. 02; *JC* de 12 de novembro de 1963.

¹⁹ *JC* - 29 de junho de 1963/ 7 de julho de 1963/ 18 de novembro de 1963/ 8 de dezembro de 1962/ 13 de dezembro de 1963, última página.

²⁰ *JC* - 13 de dezembro de 1963, última página

não insistiram no uso da arapuca da qual o passarinho escapou. (2008: 76).²¹

O jovem Costa Lima ainda não possuía a astúcia e a posição de autoridade política e intelectual esbanjada pelo célebre economista (o que não poderia ser afirmado atualmente diante de sua distinta posição como um dos maiores críticos da cultura e da literatura brasileira), experiência e distinção que talvez ajudassem a contornar o caso. Cedendo a novas provocações, se viu mergulhado em novas contendas que agravariam o problema, resultando no seu afastamento da secretaria da Estudos Universitários no final do ano de 1963. O artigo publicado por Gadiel Perruci alguns dias antes da demissão do jovem secretário nos permitte sentir o tom que permeou os embates em torno da *revista de cultura da UR*²²:

O público nordestino e brasileiro não terá o que rezejar dos ataques e das pressões que porventura se lancem contra a revista,

pois ataques e pressões só poderão vir de grupos e indivíduos que tradicionalmente conspiraram contra o desenvolvimento da região, quer se 'elitizando', quer fugindo à realidade, quer negando ao povo a participação na cultura, quer anestesiando-o com conceitos e ensinamentos distorcidos e que apenas visavam beneficiar a uma classe economicamente forte que detém o poder. Professores e intelectuais verdadeiramente antipopulares no sentido de que interpretam ou se voltam para uma realidade falsificada e artificialmente pré-fabricada²³

O cenário de disjuntivas revelava o horizonte de tensão social que tendia a se ampliar. Insaciável, Freyre passa a publicar semanalmente artigos “pedindo a

cabeça” do reitor João Alfredo e a extinção do Serviço de Extensão Cultural: “Não se pretende que lhe sejam cassados direitos políticos; nem que sua magnificência seja detida, mesmo em sua casa; e sim convidado – apenas isto – a afastar-se do cargo que continua a ocupar”²⁴. Em “ensaio de psicanálise selvagem”, o auto-analisando, Jomard Muniz, oferece alguns indícios para compreender como os jovens intelectuais participantes do Sistema Paulo Freire de Educação refletem hoje os embates e reverses do passado:

“Acontece que, perambuladamente, acompanhamos – antes, durante e depois do golpe militar de 1964 -, em artigos nos principais jornais da província do Recife, sua escrita furiosa contra todo os inevitáveis ou (im)possíveis subversivos que rondavam pelas Universidades em torno e bem dentro do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos.

²¹ Oliveira ainda conta outro caso extremamente curioso sobre as provocações de Freyre e que vale a pena conferir: Gilberto Freyre, que foi o representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho da Sudene durante a gestão Furtado, na mesma época da tentativa de destitui-lo alegou que não recebia havia meses o jeton que se pagava aos conselheiros. Uma remuneração simbólica, pois os conselheiros tinham sua viagens e hospedagens pagas pelas instituições que representavam, e o celebre intelectual morava no Recife. Sabe-se, aliás, que o mestre de Apipucos era um conhecido “mão de vaca”. Tendo-lhe sido mostrados os recibos com sua assinatura, Gilberto disse não a reconhecer. Se havia má-fé e intenção de desestabilizar Furtado, incluindo-o no rol dos que eram acusados de corrupção no governo Jango, o renomado sociólogo não contava com o desassombro de Furtado. Em vez de procurar ajeitar-se com Gilberto, na tradição brasileira de compadrio, encomendou ao Instituto de Criminalística da Polícia de São Paulo investigação sobre os recibos assinados, confrontando-o com outra assinatura de Gilberto Freyre que este reconhecia como autêntica. O laudo foi taxativo: todas as assinaturas firmadas pela mesma mão. Apresentados os resultados a Freyre, este simplesmente se calou e nunca mais voltou a falar no assunto. Furtado, elegantemente, arquivou o processo. (2008:75)

²² O mesmo Perruci que outrora elogiara o Freyre inovador das ciências sociais e humanas passava a criticar severamente o Freyre político e futuro ideólogo da ditadura

²³ JC – 8 de novembro de 1963 – 2º caderno – capa

²⁴ Mario Cesar Carvalho “Céu & inferno de Gilberto Freyre”, Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 12/03/2000; Fonte: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/patricia/freyreceuinferno.html>. Acesso em 18 de outubro de 2009. Ver também Túlio Velho Barreto “O político Freyre, um claro enigma”, Jornal do Comércio 18/07/2007; Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ms.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=9063&date=currentDate>; Acesso em 18 de outubro de 2009.

Seu apoio irrestrito, inflamado, incondicional ao golpe nos causava talvez um misto quente de raiva e repugnância, para fazer uso de um advérbio tão seu – talvez – e dois adjetivos dos mais serenos e aliterativos em R, pela distância memorial que nos separa de tais absurdos e brutais acontecimentos.” (BRITTO, 2002: 224 – grifos do autor)

Qual seriam as palavras de rememoração do reitor João Alfredo? Como conceberia seu afastamento ainda em 1964? Estas são perguntas para o qual ainda não temos respostas. O que se sabe é que, após o seu afastamento, foi empossado o professor da Faculdade de Direito do Recife, o reitor Murilo Magalhães (homenageado este ano de 2009 por sua atuação inovadora e conciliadora em anos tão difíceis). Sua primeira ação como reitor foi atravessar a rua que separa a FDR e a sede do 4º exército para visitar os professores que se encontravam encarcerados. Do outro lado do rio Capibaribe, na casa de detenção (prisão em modelo panóptico depois transformada em Casa da Cultura), Jomard Muniz ensinava francês ao comunista

histórico, Gregório Bezerra, que era seu companheiro de cela.

A grande maioria dos integrantes do SEC terminou no xadrez e muitos impelidos para o exílio. Da prisão nem mesmo escapou o jovem estudante de sociologia Marcius Cortez, que com apenas 17 anos já integrava o SEC (CORTEZ, 2008). Toda atividade de pesquisa produzida pelos membros do Serviço foi recolhida e destruída. Modo totalitário e violento de produzir esquecimento e dispersão. Contra o silêncio das fontes documentais aniquiladas a memória tem sido uma importante aliada dos pesquisadores. O recente esforço de Marcius Cortez em narrar às memórias do servi-

nir os fragmentos mnemônicos que resistiram as investidas dos militares e a toda produção de esquecimento. As fogueiras da memória não pouparam nada, nem mesmo os 12 quadros pintados por Francisco Brenand para ilustrar as situações existenciais fundamentais na apreensão do conceito antropológico de cultura (COELHO, 2004: 222). Almeri Bezerra, que na época era padre e havia sido coordenador da Juventude Universitária Católica do Recife, acompanhou de perto o sofrimento de Paulo Freire. O jovem padre fora escolhido por Freire para vice-diretoria do SEC, assumindo a liderança do Serviço na ausência do primeiro. Sobre o impacto do golpe recorda:²⁵

“Entre muitos outros, Paulo foi tirado de cena. Levaram-no não sei para onde. Contou-me que quase morre do coração em La Paz. Não agüentou a altitude. Desceu a Cordilheira e foi para Santiago do Chile, onde o encontraria, (a ele e Elza e a menina), trabalhando em um programa de alfabetização de adultos, no Instituto de Reforma Agrária que presidia Jacques Chonchol. Saíra do topo da Cordilheira, mas dela não se livrara. Em cima faltara-lhe o ar; em baixo, quando menos esperava, sentiu que lhe faltava o chão sob os pés. “Meu amigo, acho que tudo pode me faltar na vida; daria um jeito. Mas o chão, isso não! Quero sair dessa terra”.

ço de extensão da UR no livro “Golpe na Alma” (*idem*) já nasce consagrado justamente por reu-

Não demorou a chegar a vez de Almeri Bezerra deixar o país:

²⁵ A entrevista completa do Prof. Almeri encontra-se na página do Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisa conforme indicado na nota de rodapé nº 8, deste artigo.

“Os generais Justino Alves e Muricy, juntamente com o coronel Ibiapina, sentindo que não tinham mais condições de garantir a minha vida (foram eles que o disseram), solicitaram a Dom Helder que os poupasse mandado-me embora para bem longe. O que Dom Helder recusou, os meus amigos aconselharam: ‘vai-te, rapaz, que nós também não poderemos garantir a tua vida!’.” (BEZERRA, 2006: 11).

Fechadas as portas do SEC e dispersados seus agentes, o desfecho na universidade não foi de todo alheio. Alguns meses após o golpe a Universidade do Recife organiza entre seus professores, com a ilustre participação de Gilberto Freyre, *O Simpósio sobre a problemática Universitária*. Neste longo exercício de avaliação escolar não se pode dizer que em nenhum momento o SEC é mencionado, pois este é lembrado como *serviço* supérfluo e o seu financiamento mencionado como gastos irresponsáveis, desviando a “universidade de suas finalidades essenciais”. Em sua fala, Freyre convoca os catedráticos a resistir ao argumento da chamada “democratização dos diálogos”²⁶. A nova direção da UR deveria partir de questões estritamente regionais e “de uma orientação que talvez possa ser acusada de elitista, isto é, de um tanto aristocraticamente valorizadora das elites, dentro dos sistemas universitários”²⁷.

Preocupados em atender aos propósitos e limites do presente artigo, buscamos tão-somente trazer uma contribuição preliminar à recuperação da ambiência circundante do surgimento da extensão da UFPE²⁸.

Encarar o passado foi bem isso que a escrita deste texto favoreceu quase cinqüenta anos depois. Fica no ar o desejo de conhecer, de pesquisar a história da Extensão a partir de então. Saber como se deu seu caminhar, considerando a trilha muito estreita na qual teve que andar por um tempo que se prolongou por várias décadas e que, além de deixar dolorosas e profundas marcas, amesquinhou importantes iniciativas. Levantar o que ficou (ou se recuperou) das idéias primeiras. Conferir o quanto a “verdade da práxis cedeu lugar à estreiteza do pragma”²⁹ ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostinho, S. Confissões. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 18ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, nº 1. Recife: Imprensa Universitária, mar/abr de 1962.

BRITTO, Jomard Muniz de. Contradições do homem brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1964.

Atentados poéticos. Recife: Ed. Bagaço, 2002.

CESAR, Ana Maria. A faculdade sitiada. Recife: CEPE, 2009.

COELHO, Fernando Vasconcelos. Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

CORTEZ, Marcius. O Golpe na Alma. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade crítica: o ensino superior na república populista. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife. Volume 1,2,3,4 e 5. Recife, Universidade do Recife,

²⁶ O Simpósio sobre a problemática Universitária, 1965: 122.

²⁷ Idem: 138.

²⁸ Sendo oportuno lembrar que Dimas Brasileiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, encontra-se dissertando sobre a Estudos Universitários. Quiçá desta iniciativa decorra um livro.

²⁹ Conferir em Konder (2009:83).

Imprensa Universitária, 1962-1963.

FREIRE, Paulo. Educação com prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 30ª edição.

KONDER, Leandro. O marxismo na batalha das idéias. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMALHO, Walter Alves. Olha a Ripa: fragmentos da Escola de Engenharia de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

ROSAS, Paulo. Para compreender a educação superior brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Papéis avulsos sobre Paulo Freire, 1. Recife: Centro Paulo Freire de – Estudos e Pesquisas: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

Simpósio sobre o problema universitário. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

TEIXEIRA, Flavio Weinstein. O movimento e a Linha: presença do Teatro do estudante e d'O Gráfico amador no Recife (1946 – 1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.